



## “Informação Censurada”



## 1. ESTADO NOVO

Em 28 de Maio de 1926, um golpe instituiu a Ditadura militar e a censura em Portugal, responsável pelo, quase total, domínio da imprensa durante quarenta e oito anos. O Estado Novo só é oficialmente instaurado com a constituição de 1933. Durante esta época o país atravessou uma grande mudança a nível política, social e informativo. O Estado encontrava-se com uma política inteiramente fascista, opondo-se ao liberalismo, socialismo e à democracia, promovendo bastante a ideia de nacionalismo e patriotismo. Durante esta época não existiam cursos superiores de comunicação, sociologia, antropologia, etc; por isso bastava uma pessoa com a instrução básica para se tornar jornalista. Os *media* foram das áreas que sofreram mais com a ditadura militar, onde tudo o que era questão de informar ou dar conhecimento à população era alterado a favor do Governo. Pretendia-se criar uma sociedade perfeita, onde todos teriam os mesmos ideais, partido político e modo de vida, fazendo com que existisse uma sociedade formada por “robots” sem vontade própria, sem modo de reagir, sem modo de lutar. Como é óbvio, tal é impossível de acontecer, pois a ditadura luta contra um dos instintos inerentes a qualquer ser: a liberdade. Com isto, mesmo durante esta época, houve pessoas que lutavam contra o Governo, ou pelo menos, tentavam contornar as suas leis. No que toca ao jornalismo, criaram-se jornais clandestinos, tentava-se passar certas mensagens através das notícias alterando certas palavras como por exemplo em vez de “saiu recentemente da prisão” poder-se-ia dizer “regressou novamente à liberdade”. Por tanto, podemos concluir que com a instauração de um regime de ditadura a consequência mais visível foi a perda de liberdade de expressão e de publicação, através da censura prévia a que passou a estar submetida.

## **2. CENSURA**

A censura é considerada como uma condenação, uma reprovação social e como uma crítica ou um exame crítico de obras, espetáculos ou publicações segundo determinados critérios e também pode ser vista como o exercício do poder de autorizar a exposição/publicação, ou seja, a censura é como se fosse o meio de o Governo controlar o que era dito, o que eles queriam que fosse dito e mostrado, porque no tempo de Salazar, quanto mais “ignorante”, ou seja, quando menos a população soubesse, menos se poderia revoltar contra o regime, embora nem sempre fosse assim porque a falta de liberdade de expressão não poderia originar pior revolta por parte da população. Ao contrário de Salazar, Marcelo Caetano era apologista de que a população soubesse do que se passava no país, mas ainda assim, a informação transmitida eram as sugestões que vinham por parte do regime. Como já dito anteriormente, a censura é então principalmente o uso pelo Estado/poder para controlar e impedir a liberdade de expressão criminalizando determinadas ações de comunicação, até mesmo a tentativa de as tentar exercer, chegando até mesmo a pôr em causa diversas tipografias e os empregos dos jornalistas porque estes tentavam escapar à censura para poderem exprimir o que sentiam, e transmiti-lo à população.

O regime conseguiu “exercer” tão bem a censura devido às propagandas-informação e da manipulação que era exercida pelos meios de comunicação social, ou seja, passavam a mensagem à população de que o Governo é que era bom, e que estava a fazer o melhor para eles, e que não era exercida qualquer tipo de supressão da liberdade de expressão em todas as formas (opiniões, pontos de vista, etc.) mas no entanto, através disto, as mentalidades eram todas ajustadas a este tipo de propaganda à qual não podiam ir contra sem sofrer uma punição.

Duas definições igualmente de censura são que a censura é um “Instrumento de silenciamento das vozes discordantes” (Júlia Leitão de Barros) e que “A censura é um vírus” (Mário Figueiredo) porque basicamente o que a censura fazia era obrigar a população que se revoltava contra o regime a não o fazer, e que se o fizesse, tinha castigo, e como tal, ao controlar um só povo, tornou-se algo bastante geral e tenebroso, que instalava o medo, daí a expressão “um vírus” porque já não havia esperança de que a censura fosse acabar.

### 3. LEGISLAÇÃO

O Golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi o movimento militar que pôs fim à primeira república levando o país a uma ditadura militar, também conhecida como ditadura nacional, tendo acabado com a constituição de 1933

No Golpe de 17 de Junho de 1926 o comandante Mendes Cabeçadas foi forçado a renunciar às suas funções a favor do general Gomes da Costa. Era um golpe palaciano que punha fim à bicefalia do novo regime e dava novo passo em direcção à direita conservadora, afastando-o mais da herança parlamentar o regime anterior. Gomes da Costa sobe ao poder e diz : “Fala-se da censura à imprensa. Não senhor, não estou disposto a estabelecê-la. Pelo menos... Enquanto os jornais não me incomodarem”. (*Diário da Tarde*)

Instalação de uma Comissão Fiscalizadora da Imprensa, onde o estado nunca assumiu uma posição vincada de censura, no entanto, esta existia, tendo, mais tarde, passado a ser oficial com a aprovação da “Censura Prévia” - “vivia-se em plena e claríssima censura”

Por sua vez, a 24 de Junho de 1926 os jornais passaram a aparecer com os carimbos da censura, tendo as palavras cortadas que ser substituídas.

A Primeira Lei de Imprensa do Regime – Decreto nº 11839, de 5 de Julho de 1926:

Novo princípio da “liberdade” – “Deste modo, dispunha-se que o editor deveria ser ‘cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, livre de culpa e habilitado, pelo menos, com o exame de admissão aos liceus ou o correspondente e domiciliado na comarca onde a publicação se fizer’.”

Em 1933 a Censura Prévia é legalmente instituída através quer da Constituição, quer de um Decreto-Lei específico (n.º22469, de 11 de Abril), onde consta como primeiro artigo:

- Artigo 1.º É garantida a expressão do pensamento por meio de qualquer publicação gráfica, nos termos da lei de imprensa e nos deste decreto

No entanto, logo no artigo seguinte existe contradição:

- Artigo 2.º Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre eu em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social.

No mês de Fevereiro de 1946 foi entregue ao Presidente da República, Marechal Óscar Carmona, um abaixo-assinado com mais de 230 assinaturas, pedindo que “seja imediatamente publicada e posta em vigor a Lei de Imprensa prometida pelo Governo, com as garantias indispensáveis à livre, responsável e digna expressão do pensamento, eliminando definitivamente o regime de censura a que estamos ainda submetidos”.

Em Dezembro de 1948 foi proclamada pela ONU a Declaração Universal dos Direitos do Homem, composta por 30 artigos.

Decreto-Lei de 13 de Junho regula a apreensão de “publicações, imagens ou impressos pornográficos, subversivos ou simplesmente clandestinos” e o encerramento das tipografias que “imprimirem publicações, manifestos, panfletos ou outros escritos subversivos ou que possam perturbar a ordem pública sendo apreendidos e revertendo para o Estado as respectivas máquinas e restantes bens móveis”.

A Abril de 1962 através do Decreto-Lei nº44278, os “crimes de imprensa” passam a ser julgados nos tribunais plenários.

Três anos depois a Abril de 1965 é escrita uma carta por Salazar a Norberto Lopes sobre um artigo alusivo aos 43 anos do jornal “Diário de Lisboa”:

“(…) Mandeí dizer aos serviços que não via razão para não manter a primeira decisão [sem cortes] e que era essa atitude que deviam tomar. Para evitar mal-entendidos parece-me, porém, que no 2º granel, linha 12, devia ser eliminada a palavra *pretendida* e mais adiante, linha 35, a palavra *orquestradas*”.

A Comissão de Defesa da Liberdade de Expressão emite a Maio de 1971 um documento recorrendo ao direito do exercício da liberdade. Também neste mês, é enviada uma carta ao presidente da Assembleia Nacional sobre a defesa da Liberdade de Imprensa.

A 20 de Dezembro de 1971 foi publicada no Diário do Governo a Lei nº5/71 - determina que a imprensa periódica fica sujeita ao Exame Prévio, ou seja, a Comissão de Censura passa a designar-se por Comissão de Exame Prévio.

Em 1972 publica-se o Decreto-Lei nº150/72, os jornais são proibidos de identificar “Visado pela Censura”, embora a censura permanece-se.

Dois anos depois, no ano de 1974, infundados pelo espírito do “25 de Abril”, os artigos 37º e 38º da Constituição inscrevem “a Liberdade de Expressão e Informação” e “a Liberdade de Imprensa” nos direitos fundamentais da cidadania portuguesa. O artigo 37º diz claramente que “todos têm direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações”. Acrescenta que “o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura”.

#### 4. FORMAS DE CENSURA

Existem três tipos de censura, todos eles bastante importantes que são a censura prévia ou preventiva ou até mesmo administrativa, a censura “a posteriori” ou punitiva/repressiva e a autocensura, sendo a última a pior de todas, porque não derivava somente do poder, mas também das pessoas envolvidas na “revolta” contra o poder. Assim, a censura prévia é o direito que o governo tem de exercer vigilância sobre a publicação de livros ou outras obras, assim como da encenação de peças teatrais, fora da intervenção dos tribunais, também ganhando o nome de administrativa, porque a vigilância era exercida pela Comissão de Censura, através do Exame Prévio, não lhes escapando nada. A censura repressiva ou punitiva (a posteriori) é a censura feita ao texto impresso após a publicação, de acordo com o princípio de que o cidadão deve assumir a responsabilidade dos seus atos, ou seja, esta censura é mais aplicada aos livros e outras obras que depois de editadas eram avaliadas e cortadas em grande parte pela Comissão.

Por fim a autocensura, como já dito, é a pior de todas, porque deriva do receio por parte dos jornalistas perante as publicações que poderiam ser consideradas alvos de censura, trazendo consequências para os mesmos e para os seus locais de trabalho, porque estes nem podiam pensar em fugir à censura sem levar um castigo penoso para eles e para as pessoas que os rodeavam, acabando por aceitar contrariados o que o Governo os obrigava por ter receio da alternativa que para eles era a melhor, mas que poderia causar problemas gigantes.

## 5. ONDE ERA APLICADA

### 5.1 Imprensa

Com a instauração da ditadura em 1926, foi também criada a Comissão da Censura. Com isto, os jornais viram-se obrigados a enviar para esta entidade, quatro provas de página e a não poderem deixar em branco o campo da informação censurada. Tal medida criou indignação nas redações, no entanto não foi possível fazer nada contra, uma vez que em 1933 a Censura é legalizada com a Constituição:

*“ (...) No tempo da primeira República, Portugal esteve também sujeito à Censura. Mas os cortes eram então denunciados. Salazar pôs termo a essa prática e os jornais exibiam apenas na primeira página a menção VISADO PELA CENSURA. Marcello Caetano levou mais longe a encenação da liberdade. A partir de Junho de 1972, com a entrada em vigor da Lei de Imprensa que o regime fizera aprovar em Novembro de 1971, a expressão VISADO PELA CENSURA foi erradicada das páginas dos jornais. Mas a censura manteve-se através do regime de Exame Prévio, evolução registada nas provas a partir de Junho de 1972 (...)”*

Exemplo de jornais que sofreram censura:

- O Mundo
- O século
- A República
- Jornal do Fundão
- Diário Popular
- Notícias da Amadora
- Expresso

### 5.2 Rádios

Durante o período da censura, havia um censor presente quase 24 horas por dia em cada estação de rádio.

Os guiões dos programas e das músicas a passar tinha que, anteriormente, passar pelo exame prévio e só, caso fossem aprovados, poderiam seguir para o ar. Outra forma de controlar os conteúdos transmitidos na rádio era através das gravações, no entanto estas eram poucas uma vez que era um método um pouco dispendioso.

No caso da Rádio Renascença, uma rádio católica, a censura não era oficial no interior da rádio. Esta situação mudou quando o governo começou a sentir alguma instabilidade meses antes do 25 de Abril. A partir desse momento passou a existir um censor na RR que controlava os programas. De recordar que foi esta a rádio que lançou a senha para a revolução (Grândola, vila morena – de Zeca Afonso, no programa Limite)

Por sua vez, a Emissora Nacional tinha responsáveis internos, escolhidos pelo governo, que decidiam o que passava nas suas emissões. Muita da programação da EN era cortada e, também nesta rádio, os programas teriam de passar pela censura, em forma de guião.

Já a Rádio Clube Português, que também tinha presente um censor, foi a única rádio que passou o conflito espanhol sem tomar partido. Apesar de a EN passar o conflito, apenas passava algumas partes. Esta rádio tem especial importância uma vez que foi a rádio que passou a senha para a preparação dos militares (E depois do Adeus – Paulo de Carvalho) e emitiu o primeiro comunicado das Forças Armadas.

### 5.3 Lazer

Uma das áreas mais atingidas pela censura, foi a do entretenimento, sendo tudo o que envolvesse música, teatro, cinema, livros, publicidade e cartoons tivesse que ser passar pelo Comissão de Censura. Alguns exemplos:

#### Música, teatro e cinema

Em Maio de 1927 a censura começou a ser aplicada no Cinema onde aos poucos, foi também manipulando os espetáculos por todo o país. Com isto milhares de filmes sofreram censura, assim como peças de teatro e canções.

- Exemplo dos mais atingidos: Fernando Lopes Graça, Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Padre Fanhais, Barata Moura, Manuel Freire, Ramada Curto, Aureliano Lima da Silva.~

#### Livros

Os livros são o melhor exemplo de uma censura *a posteriori*, onde só após a publicação de dos livros é que estes poderiam ou não serem censurados.

Exemplos:

Bichos - Miguel Torga,

O Assalto ao «Santa Maria», - Henrique Galvão

Bancarrota - Tomás da Fonseca,

O Diabo no Espaço e no Tempo, - Tomás da Fonseca,

A Ditadura Militar, - Raul Proença,



#### 5.4 Informação Política

A informação política e sindical foi sem dúvida a que sofreu mais censura por parte do Governo. Não existiam greves no país, em parte por não serem legais, e mesmo que ocorressem, seria proibido a sua divulgação por parte dos *media* o que fazia com que ninguém tivesse conhecimento do ocorrido.

As campanhas eleitorais de Norton de Matos e Humberto Delgado e congressos democráticos de Aveiro foram os acontecimentos políticos mais censurados. Palavras como suicídio, violação, racismo, greve, aborto, homossexual, fome, feminismo, Ultramar, Estado Novo, entre outras, atormentavam a Comissão de Censura.

Toda e qualquer notícia negativa, que pusesse em risco o “bom nome” do país, eram censuradas. Um bom exemplo era a suposta inexistência de suicídios no país. Em 48 anos de regime, era proibido publicar qualquer informação referente a este tema, portanto toda a população desconhecia tal acontecimento.

## 6. AGÊNCIAS NOTICIOSAS

Pode-se verificar que encontrava-se instaurada uma ditadura militar onde existia controlo na informação, e com ela a manipulação do conhecimento da população, assim como a divulgação de ideais nacionalistas. Com estas características seria de se esperar a criação de uma AN nacional ligada ao Estado, onde poderia funcionar com o intuito de informar, mas também como meio de promover o regime. Apesar destes fatores, tal não aconteceu por iniciativa do próprio Governo:

### *Lusitânia*

A primeira AN nacional surge apenas em 1944 com o nome *Lusitânia*, por Luís Caldeira Lupi.

A *Lusitânia* caracterizava-se a si mesma como uma entidade “não oficiosa, não oficial, e não comercial”. No entanto caminhava num caminho onde por um lado tinha o dever de informar a população, e por outro a obrigação de fazer propaganda ao Governo.

Se compararmos a *Lusitânia* com as restantes agências internacionais, teremos que concluir que encontrava-se ainda pouco desenvolvida: É-nos possível entender que a agência portuguesa ainda se encontrava em vias de desenvolvimento devido à situação política em que encontrava-se o país, e claro, ao facto de ter sido fundada muito depois das restantes agências. Com estes fatores em mente, é fácil perceber as diferenças em termos de desenvolvimento entre a *Lusitânia* e as demais.

A partir de 1947, passam a coexistir duas agências noticiosas: *Lusitânia* e ANI, situação que se manteria até depois do 25 de Abril.

### *ANI*

Em 1947, Dutra Faria, Barradas de Oliveira e Marques Gastão Fundam a ANI.

Durante os primeiros tempos, a *Lusitânia* conseguiu manter-se na liderança, mas à medida que os anos foram passando, o panorama foi-se alterando, e esta começou a perder cada vez mais a sua posição. Enquanto esta possuía no seu quadro de pessoal, profissionais com baixo nível escolar e cultural, a ANI possuía um quadro mais jovem e dinâmico. Esta última, em comparação com a *Lusitânia*, era muito mais bem vista pelos órgãos de comunicação social, considerando-a mais liberal, enquanto que a *Lusitânia* como parceira do Governo, partilhava dos mesmos ideais e objetivos. Com isto, foi perdendo cada vez mais popularidade nos *media*, especialmente junto das províncias ultramarinas. Com o início da guerra em Angola, no ano de 1961, a ANI aumentou a informação proporcionada aos órgãos de comunicação social das colónias e as notícias sobre as colónias distribuídas na metrópole.

Tendo isto em conta, e os contactos da ANI com outras agências noticiosas internacionais, enquanto a *Lusitânia* era economicamente inferior, por tanto não possuía os meios para se expandir fora das fronteiras, proporcionou à ANI uma liderança até à extinção de ambas.

## **7. FUGAS À CENSURA**

### **7.1 VANTAGENS DA FUGA**

Apesar de a fuga à censura ser perigosa, as vantagens que existiam eram inúmeras. A população passava, assim, a ser mais informada, não estando tão formatada ao que o estado queria que se soubesse.

Como exemplos de casos clandestinos temos a Rádio Voz da Liberdade, em Argel. Esta foi fundada na segunda metade dos anos 60 por um grupo de jovens que decidiu fazer chegar a Argel uma carta com o estado de Portugal e, deste meio, iam mantendo a rádio com as informações recentes de Portugal. Esta rádio estava intimamente ligada ao PCP

Por outro lado, a rádio Portugal livre iniciou transmissões em Março de 1962, na Roménia. Esta rádio dizia o que as outras, controladas pelo regime, não diziam. Era uma rádio, também, ligada ao PCP. Acabou em Abril de 1974.

No que tocava aos jornais clandestinos, também eram incrivelmente comuns. Existiam vários e eram divulgados de forma a não levantarem suspeita, entre eles:

- A voz do povo
- Avante
- O Corticeiro

### **7.2 CONSEQUÊNCIAS DA FUGA À CENSURA**

Quando se tentava fugir à censura, eram muitas as consequências que se seguiam.

A mais importante, e mais marcante no decorrer do Estado Novo, era o facto de a PIDE prender os indivíduos que de alguma forma falassem mal ou tentassem fazer algo contra o regime/estado.

As prisões que acolhiam os presos políticos encontravam-se ao longo do país, sendo as mais importantes a Praça-Forte de Peniche, considerada a Prisão Política de Segurança máxima. No entanto, apesar de ter esta designação, a 3 de janeiro de 1960, aconteceu a "fuga de Peniche", protagonizada por Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério de Carvalho e Francisco Martins Rodrigues, com a colaboração de um guarda, que pôs a dormir o guarda responsável pela ala com clorofórmio. O guarda conivente passou os prisioneiros em fuga um a um agachados sob o seu capote de oleado, colocando-os ao abrigo de um trecho mais escuro da muralha, de onde desceram para o exterior com o auxílio de uma corda de lençóis.

Existe ainda, no concelho de Oeiras, o Forte de D. Luis I (em Caxias) que a partir de 24 de Janeiro de 1935 passou a acolher presos políticos tendo sido a prisão que mais presos políticos acolheu até à sua desativação (a 25 de Abril de 1974).

Existia ainda o Forte do Tarrafal, na ilha de Cabo Verde que recebeu, pela primeira vez, presos em 29 de Outubro de 1936. Este campo era inspirado nos campos nazis e tinha o “campo da morte lenta” onde, tal como o mesmo nome indica, os presos eram submetidos a uma morte lenta. Tinha, ainda, uma sala exposta ao sol o que fazia com que os presos morressem devido ao calor.

Na parte do Jornalismo impresso, a censura tomava proporções inimagináveis. Quando se percebia que havia material censurado que tinha sido publicado ou existiam publicações clandestinas, a tipografia que tinha imprimido aquele material ou o jornal que o tinha publicado viam o seu estabelecimento ser encerrado. Isto aconteceu ao Jornal do Fundão em 1965 que viu a sua publicação ser suspensa. Por último, eram também aplicadas multas, algumas vezes, devido aos textos publicados nos jornais. É o caso do jornal “Diário Popular” que em Agosto de 1947 vê-lhe ser aplicada uma multa de 200\$00 devido à publicação de uma notícia referente à Rainha de Itália.

## **8. ENTREVISTA A JOSE PEDRO CASTANHEIRA**

José Pedro Castanheira antes de ser Jornalista estudou Economia no Instituto Superior de Economia. No seu 5º ano (em 1974) desistiu e abraçou a carreira de Jornalista em Agosto do mesmo ano. Após abraçar esta carreira foi chefe de redacção do Jornal diário “A luta” e trabalhou durante 10 anos no Jornal Semanário “O Jornal”. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas, em 1985/86 e desde 1989 que é jornalista no jornal Expresso. É autor de vários livros de investigação sobre a Censura.

Sobre a censura, José Pedro Castanheira diz que “É uma cultura da arbitrariedade. É o querer formatar de forma violenta e artificial a mentalidade e o quadro mental de um povo inteiro. Acho que é a pior coisa que pode acontecer.”

Quando questionado sobre de que forma era a censura aplicada, este revela que “(...) Inclusivamente debates que houve, chegou a haver na assembleia nacional, que é o nome dado à assembleia da república, sobre a guerra colonial, envolvendo o Dr. Balsemão e envolvendo outros deputados como por exemplo Francisco Sá Carneiro que viria a ser mais tarde primeiro-ministro depois do 25 de Abril, o professor Miller Guerra que era inclusive um catedrático de medicina, e que de vez em quando colocavam a questão da guerra era debatido, isso, na assembleia mas depois os jornais não podiam publicar aquilo que, no parlamento, era dito porque a censura não autorizava. Textos da Igreja, conferência episcopal, por exemplo, há uma famosa carta pastoral do episcopado português, creio eu de 73, que aborda a questão da guerra colonial como sendo o principal problema nacional e que foi praticamente cortado pela censura porque, enfim.”

E ainda que “A censura atingia todos os níveis da sociedade desde os tempos livres, as simples palavras cruzadas, filmes, música, livros, peças de teatro, tudo, até aos acontecimentos internacionais. Depois situações de escolas, saúde, hospitais, politica, evidentemente. Política era um dos assuntos mais cortados.”

Por fim, revela que “O 25 de Abril, para a minha geração, representou a liberdade, representou uma mudança radical de vida, de padrões, de futuro que passou a ser diferente.”

## 9. CONCLUSÃO

Como conclusão escolhemos uma das frases, pronunciada por José Pedro Castanheira quando entrevistado por nós, e que a nosso ver é uma das melhores definições de censura que descreve também as suas consequências e influências:

**“É uma cultura de arbitrariedade. É o querer formatar de forma violenta e artificial a mentalidade e o quadro mental de um povo inteiro. Acho que é a pior coisa que pode acontecer. (José Pedro Castanheira – Expresso)**

## **10. BIBLIOGRAFIA**

- FRANCO, Graça; A Censura à Imprensa (1820 - 1974), Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993
- RODRIGUES, Graça Almeida; Breve história da censura Literária em Portugal; Amadora; Ministério da Educação e Ciência, 1980.
- SOUSA, Nuno J. Vasconcelos de Albuquerque; A Liberdade de Imprensa, Almedina, Coimbra, 1984
- MARQUES, A. H. de Oliveira; História de Portugal, Vol. III; 3.ª Edição; Palas Editores, Lisboa; Março de 1986.
- BRANDÃO, José; OS LIVROS E A CENSURA EM PORTUGAL in [www.vidaslusofonas.pt](http://www.vidaslusofonas.pt) - acesso a 18 de Abril de 2012
- MATOS, Álvaro Costa de; e BRAGA, Pedro Bebião; JORNALISMO GRÁFICO E CENSURA NO ESTADO NOVO; Clube de Jornalista. Consultar: [http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj38/JJ38\\_50\\_Memoria.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj38/JJ38_50_Memoria.pdf) - acesso a 15 de Abril de 2012
- <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html>
- <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/EstadoNovo.htm>
- <http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115161010600/contacto/0708/outsrocontactos/0607/0607/espacodomundo/censura.htm#topo>
- <http://www.museudaimprensa.pt/galeriavirtualdacensura/>